



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de consumo referente ao ajuste da planilha de itens, do Convênio nº 892961/2019 TransfereGov destinado a Associação Espírita Ismael – AESP, através da SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento, pelo período de 1(um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2.

Requisitante:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Fundamentação legal:	Lei nº14.133/21 - artigo 28, inciso I; artigo 78, inciso IV
Período:	1(um) ano nos termos do artigo 84 da Lei 14.133/2021
Tipo:	Menor preço Unitário Pregão Eletrônico - Registro de Preços, nos termos do artigo28, inciso I, artigo 78, inciso IV, da Lei nº. 14.1333/2021

1.3 Aquisição de materiais de consumo para a Associação Espírita Ismael – AESP, referente ao ajuste da planilha de itens, do Convênio nº 892961/2019 TransfereGov para atender a SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL nos termos da tabela no Estudo Técnico Preliminar.

Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade
00001	00017056	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO - achocolatado em pó instantâneo , tradicional, contendo açúcar, cacau, extrato de malte, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, vitaminas, lecitina de soja e aromatizantes, distribuídos em embalagem de 400 gramas.	KG	20,00
00002	00017057	AÇUCAR CRISTAL DE ORIGEM VEGETAL - açúcar cristal de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar. aspecto: sólido com cristais bem definidos. cor: branca. embalagem de 1kg.	KG	480,00



00003	00017058	ADOÇANTE DIETÉTICO ARTIFICIAL LÍQUIDO - adoçante dietético artificial líquido, com 200 ml, a base de aspartame, não apresentar na composição xintó ou orbito ou frutose, frascos de polietileno atóxico. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, quantidade do produto, número de registro. deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. registro no ministério da saúde.	unid	144,00
00004	00017059	AMIDO DE MILHO. - amido de milho o produto deverá estar acondicionado em embalagem primária de polietileno leitoso, hermeticamente fechado por termo soldagem ou método que garanta a inviolabilidade do produto, com peso líquido de 1kg.	KG	200,00
00005	00017060	APARELHO DE BARBEAR - aparelho de barbear, tipo descartável, material lâmina aço inox, quantidade lâminas 2 lâminas, material cabo plástico.conjunto com 02 unidades.	unid	240,00
00006	00017061	ARROZ AGULHINHA POLIDO. - arroz agulhinha polido, longo fino, tipo 1, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes, acondicionados em fardos lacrados, sem sujidades, parasitas, larvas e bolores. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. pacote de 5 kg.	unid	232,00
00007	00017063	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - biscoito doce tipo maisena _ a base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. embalagem de 3 em 1, onde deve conter a data de fabricação deverá estar em local visível da embalagem, bem como o prazo de validade e demais informações recomendadas pela anvisa. Serão rejeitados, os biscoitos malcozidos, queimados e de características organolépticas anormais.	pct	320,00
00008	00017062	BISCOITO TIPO CREAM-CRACKER - biscoito tipo cream-cracker a base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. embalagem de tipo 3 em 1, onde deve conter a data de fabricação deverá estar em local visível da embalagem, bem como o prazo de validade e demais informações recomendadas pela anvisa. Serão rejeitados, os biscoitos malcozidos, queimados e de características organolépticas anormais.	pct	320,00
00009	00017090	CHÁ DE ERVA MATE TRADICIONAL - chá de erva mate tradicional, queimado ou tostado; folhas e talos de erva mate; isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos; embalagem: caixa de papel cartão contendo 100mg.	cx	120,00
00010	00017091	COLORO CONCENTRADO PARA LIMPEZA - cloro concentrado para limpeza, embalagem com 05 litros, princípio ativo: hipoclorito de sódio, aspecto: líquido amarelo, odor: característico de cloro	unid	150,00
00011	00017092	CONDICIONADOR PARA CABELOS NORMAIS - condicionador para cabelos normais - sem sal, reparador de danos, embalagem 1 litro.	LITRO	140,00
00012	00017064	DESINFETANTE A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO - desinfetante a base de quaternário de amônio, com aroma, princípio ativo: cloreto alquil dimetil benzil amônio +tensoativos, teor ativo: teor ativo em torno de 0,4%; 1 litro.	LITRO	200,00



00013	00017065	DESODORANTE USO PESSOAL - desodorante uso pessoal, em spray neutro com baixo teor de álcool, fórmula dermatologicamente testada, embalagem com no mínimo 90ml, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. composição mínima: álcool de cereais, triclosan solução 10%, propileno glicol, água destilada.	unid	192,00
00014	00017066	DETERGENTE LÍQUIDO BIODEGRADÁVEL NEUTRO - detergente líquido biodegradável neutro para uso de remoção de gorduras e sujeiras de louças e na limpeza geral. composição: tensoativo aniônico, coadjuvantes, preservantes, corantes e água. unidade de fornecimento: frasco com 500 ml.	unid	384,00
00015	00017093	ESPONJA PARA LIMPEZA - esponja limpeza - esponja multiuso para limpeza, dupla face, (material um lado a base de espuma e o outro lado em fibra sintética abrasiva), ante bactéria, formato retangular, aplicação limpeza geral, comprimento 110 x 70 x 25mm. pacote com 03 unidades.	unid	200,00
00016	00017094	FARINHA DE AVEIA FINA - farinha de aveia, fina isenta de mofo, livre de parasitas e substâncias nocivas, acondicionada em embalagens de 500 g, atóxica, resistente e hermeticamente vedada. prazo de validade: 5 meses a contar a partir da data da entrega.	cx	100,00
00017	00017067	FEIJÃO VERMELHO TIPO 1 - feijão vermelho tipo 1, embalado em sacos plásticos, transparentes, isento de sujidades, resistente , não violados. resistentes, acondicionados em pacotes lacrados. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote e conter 1kg.	unid	480,00
00018	00017068	FRONHA 100% ALGODÃO - fronha 100% algodão, tipo: solteiro, comprimento: 70 cm, largura: 50 cm, cor: branca	unid	200,00
00019	00017095	GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO - gelatina em pó sabor morango, produto a base de açúcar, gelatina, vit. c, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes naturais.acondicionada em caixas íntegras de 20g, resistentes e contendo externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais e número de lote.	cx	240,00
00020	00017096	GELEIA DE MOCOTÓ SABOR NATURAL - geléia de mocotó, sabor: natural , prazo validade mínimo: 12 meses, rica em vitaminas a, b1, b6, b12, c, com colágeno ,acondicionadas em caixas de 27 unidades contendo 220g cada.	cx	10,00
00021	00017097	LÂMPADA LED - lâmpada led, tensão nominal: bivolt v, potência nominal: 80 w, tipo base: e-27, cor: branca, aplicação: para uso em geral, temperatura de cor: 6000 k, frequência nominal: 50/60 h	unid	30,00
00022	00017069	LENÇOL SOLTEIRO COM ELÁSTICO 100% ALGODÃO 200 FIOS - lençol solteiro com elástico 100% algodão 200 fios, dimensão : 90cm x 1,95m x 30cm	unid	200,00
00023	00017070	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO - luva de procedimento não cirúrgico, nitrílica fina (descartável), tamanho g, resistente a perfurações e rasgos; resistente ao contato com óleos, graxas em geral; não contém talco (amido); ambidestra; 100% borracha nitrílica; antiderrapante; embalagem caixa com 100 unidades.	unid	60,00



00024	00017071	LUVA MULTIUSO - luva multiuso, material: látex, tipo punho: longo, tamanho: grande, cor: amarela, acabamento, palma: antiderrapante, características adicionais: sem forro, acondicionadas em pares.	unid	10,00
00025	00017100	MARGARINA VEGETAL CREMOSA COM SAL - margarina vegetal cremosa com sal, obtida como resultado da emulsão de óleos e/ou gorduras vegetais comestíveis e sal refinado. o produto deverá ter 15.000 ui de vitamina a por kg, conteúdo máximo de água de 16% sobre o peso bruto, devendo estar acondicionado em embalagem primária de polietileno fechado por método que garanta a inviolabilidade do produto.	KG	80,00
00026	00017098	MASSA DE SÊMOLA TIPO ARGOLÃO - massa de sêmola tipo argolão, embalagem com 500g, massa alimentícia tipo seca a base de farinha de sêmola, isenta de sujidades, embalagem plástica resistente e transparente, rotulagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação	unid	200,00
00027	00017099	MASSA DE SÊMOLA TIPO ARGOLINHA. - massa de sêmola tipo argolinha, embalagem com 500g, massa alimentícia tipo seca a base de farinha massa de sêmola, isenta de sujidades, embalagem plástica resistente e transparente, rotulagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação	unid	200,00
00028	00017072	MASSA DE SÊMOLA TIPO ESPAGUETE N 08 - massa de sêmola tipo espagete n° 08, embalagem com 1 quilo, massa alimentícia tipo seca a base de farinha de sêmola, isenta de sujidades, embalagem plástica resistente e transparente, rotulagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação.	KG	50,00
00029	00017101	MOLHO DE TOMATE TRADICIONAL - molho de tomate tradicional, pronto para uso, embalagem sachê com no mínimo 300gramas, ingredientes do produto: tomate, cebola, amido modificado, sal, salsa e alho. não contendo glúten, gorduras, açúcares e conservadores.	unid	180,00
00030	00017102	ÓLEO COMPOSTO DE SOJA E AZEITE DE OLIVA - óleo composto de soja e azeite de oliva com composição 10% de azeite de oliva mais 90% de óleo de soja. ingredientes: óleo de soja (agrobacterium tumefaciens e bacillus thuringiensis) e azeite de oliva (10%).	LITRO	20,00
00031	00017073	ÓLEO DE GIRASSOL - óleo de girassol - óleo vegetal comestível, tipo: puro espécie, vegetal: girassol, teor da acidez: alto, oléico - menor que 0,8%, tipo qualidade: tipo 1. deverá apresentar aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares e deverá estar isento de ranço; estar acondicionado em embalagem primária adequada, mín. 900ml; intacta, resistente, atóxicos; sem amassamento e vazamento; com validade de 12 meses após a data de fabricação	unid	80,00
00032	00017074	ÓLEO DE SOJA REFINADO - óleo de soja refinado, 100% natural comestível extrato refinado embalagem de 900 ml.	unid	360,00
00033	00017075	PANELA DE PRESSÃO - 25 LITROS - panela de pressão 25 litros fechamento externo com alças, paredes e tampas mais espessas, oferecendo maior resistência e durabilidade, tempo de cozimento reduzido gerando mais economia de gás, aliviador de pressão com sistema de segurança que permite o vapor sair pelas borrachas de vedação	unid	3,00



00034	00017076	PANELA DE PRESSÃO - 30 LITROS - panela de pressão 30 litros fechamento externo com alças, paredes e tampas mais espessas, oferecendo maior resistência e durabilidade, tempo de cozimento reduzido gerando mais economia de gás, aliviador de pressão com sistema de segurança que permite o vapor sair pelas borrachas de vedação	unid	1,00
00035	00017077	PAPEL HIGIÊNICO - papel higiênico, branco gofrado, em rolo medindo 10cm de largura x 40 metros de comprimento, classe 1, folha simples, produto absorvente, fabricado com fibras naturais virgens, 100% celulose (não reciclado) expresso na embalagem, papel com gramatura mínima de 20g/m², acondicionado em caixa de papelão contendo 24 rolos cada, na caixa deverá constar informações do fabricante, marca e especificações do produto.	unid	65,00
00036	00017079	POLVILHO ANTISSEPTICO - polvilho antisséptico, com princípios ativos: enxofre + ácido bórico + óxido de zinco + ácido salicílico, em frascos plástico de 200g a unidades, não contendo ingredientes de origem animal, parabenos e nem cloridrato de alumínio.	unid	192,00
00037	00017078	RESMA DE PAPEL A4. - resma de papel formato a4, pacote com 500 folhas, dimensões 210 x 297 mm, gramatura 75g/m², 100% branco, para uso diverso em impressora laser ou jato de tinta, copiadora. a embalagem/involúcro das resmasdeverá ter proteção adequada contra umidade com revestimento bopp (polipropileno bioorientado).	unid	20,00
00038	00017080	RODO. - rodo, material cabo: madeira, material suporte: plástico, comprimento suporte: 60 cm, quantidade borrachas: 2 u	unid	15,00
00039	00017081	SABÃO LÍQUIDO PARA ROUPAS - sabão líquido para roupas, concentrado, forma fornecimento: frasco com 1 litro, fragrância variada.	unid	480,00
00040	00017082	SACO DE LIXO DE 100 LITROS - saco de lixo de 100 litros reforçado, medindo 75 x 90 x 0,05, pacotes com 100 unidades pesando 02 kg, cor preta.	pct	30,00
00041	00017083	SAL REFINADO. - sal refinado, sal iodado, constituído de cristais de granulação uniforme e isento de impurezas e umidade, acondicionado em saco plástico, integro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, número de registro	KG	120,00
00042	00017104	SARDINHA 125 GRAMAS - sardinha 125 gramas, enlatado conservada em óleo., com data de fabricação, validade do produto e dês sardinha 125 gramas, enlatado conservada em óleo., com data de fabricação, validade e descrição do produto.	unid	800,00
00043	00017103	SHAMPOO NEUTRO. - shampoo, tipo neutro, aplicação adulto, cabelos normais.	LITRO	120,00
00044	00017085	SUCO CONCENTRADO INDUSTRIALIZADO DE CAJU - suco concentrado industrializado, de caju sem corantes artificiais, com conservação fora de refrigeração, com cor, cheio e sabor característico da fruta. embalagem de 500 ml.	LITRO	120,00
00045	00017086	SUCO CONCENTRADO INDUSTRIALIZADO DE MARACUJÁ - suco concentrado industrializado, de maracujá sem corantes artificiais, com conservação fora de refrigeração, com cor, cheio e sabor característico da fruta, embalagem de 500 ml	LITRO	120,00



00046	00017105	SUCO DE ABACAXI - suco de abacaxi, suco de fruta à base de extrato de soja pronto para beber, sem conservantes, sem lactose e sem colesterol. deve estar acondicionado em embalagem de 500 ml.	LITRO	120,00
00047	00017087	TOALHA DE BANHO. - toalha banho, material: 100% algodão , medidas mínimas (c x l): 1,40 x 0,70 m, cor: branco	unid	45,00
00048	00017088	VASSOURA CERDAS DE PIAÇAVA - vassoura, cerdas: piaçava, cabo: madeira, cepa: madeira, comprimento cepa: 40 cm, comprimento cerdas: 14 cm, tipo: doméstica	unid	15,00
00049	00017089	VINAGRE. - vinagre, ácido acético obtido mediante a fermentação acética de soluções aquosas de álcool procedente vinagre de matérias agrícolas. padronizado, refinado, pasteurizado e envasado. com acidez de 4,15%. embalagem plástica/garrafa pet, sem corantes, sem essências. e sem adição de açúcares. embalagem 750ml.	unid	240,00

1.4 O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.5 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativas presentes nos autos dos processos nº 2478/24.

1.6 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84 da lei 14.133/2021. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas nos termos do artigo 84, parágrafo único da lei 14.133/2021.

1.7 Trata-se de Serviço de bem comum, a ser contratado mediante procedimento licitatório na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico Específico dos Estudos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 Cabe desde já esclarecer que a Prefeitura Municipal de Itaocara realiza anualmente licitações para aquisições de bens e serviços, visando atender as demandas das Secretarias;

2.3 Os cálculos para estimativa das quantidades foram realizados com base no ajuste da planilha de itens do Convênio nº 892961/2019 TransfereGov

2.4 Quanto a utilização do Sistema de Registro de Preços é uma ferramenta que simplifica e otimiza os processos de licitação para a Administração Pública. Entre as várias vantagens, podemos citar o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, o aumento na eficiência administrativa, a redução do número de licitações redundantes, a rapidez na contratação e a total liberdade para o Órgão Público, que pode ou não efetuar a aquisição. Esta é a natureza do SRP.



2.5 Outras vantagens que podemos suscitar sobre a utilização do SRP que não compromete os recursos orçamentários financeiros, pois somente haverá a necessidade de disponibilizar o valor registrado no momento da aquisição. Ademais, ao se utilizar o SRP as aquisições serão realizadas de acordo com a necessidade a ser demandada pela unidade requisitante.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

(art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.2 Como descrito no ETP deverá ser observado pelo licitante que os produtos deverão ser nacionais e com baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água nos termos do artigo 4º, do decreto federal nº 7.746/2012, que especificou as práticas sustentáveis que devem ser observadas quando da realização das licitações e contratações por parte da Administração Pública.

4.3 Pela requisição da unidade requisitante, na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.5 Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021;

4.6 Não será exigida a apresentação de amostra.

4.7 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de entrega dos bens descritos no presente será efetuado pela Secretaria demandante, no prazo não superior a 15(quinze) dias, contados do recebimento da Nota de empenho.

5.2 O fornecimento de gêneros alimentícios de panificação estocáveis ocorrerá conforme cronograma disposto pela Secretaria responsável.

5.3 O referido cronograma tratado nos subitens acima será encaminhado mensalmente via endereço eletrônico(email), fornecido pela(s) vencedora (s) no ato de apresentação das propostas previstos no edital do Pregão Eletrônico;

5.4 Como a aquisição se dará por demanda, por registro de preços, as parcelas serão entregues de acordo com a necessidade e conforme requerimento realizado pela nutricionista fiscal, nos termos dos prazos acima elencados nos itens 5.2 e 5.3;

5.5 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30(trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de



- prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.6 Os bens deverão ser entregues nos endereços fornecidos pelas Secretarias Municipais.
- 5.7 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 5.8 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2(dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.9 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3(três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.10 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3(três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 5.10.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.11 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput), conforme abaixo:
- 6.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua



competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

- 6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 6.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidas por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/21.
- 6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.
- 6.11 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.12 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
- 6.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos



critérios previstos neste Termo de Referência;

6.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.15 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.15.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.15.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.15.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea g, da Lei 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do: Fundo Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

7.2 Todos os materiais deverão ser entregues no endereço fornecido pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

7.3 Do pagamento da despesa:

7.4 O pagamento será efetuado conforme estabelecido em lei, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.5 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.6 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.7 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive reter



o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

- 8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, com fundamento na hipótese do art. 40, inciso II da Lei nº 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de (menor preço UNITÁRIO).
- 8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
 - 8.2.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - 8.2.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.8 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela



própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 8.9 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.10 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.11 *Habilitação Jurídica:*

- 8.11.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; OU
- 8.11.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; OU
- 8.11.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br; OU
- 8.11.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU
- 8.11.5 **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil; OU
- 8.11.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU
- 8.11.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
- 8.11.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12 *Habilitações fiscal, social e trabalhista:*

- 8.12.1 prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

OU

- 8.12.2 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.12.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários



federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.12.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.12.5 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.12.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.12.7 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.12.7.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.12.8 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.12.8.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;



- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento; responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- k) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- l) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termode Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;



10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante



a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.9 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.10 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas cumulativamente com a prevista no artigo 156, inciso II da Lei 14.133/21 que é multa nos termos do § 7º do artigo 156 da Lei 14.133/21.

10.11 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “I”, da lei 14.133/2021)

11.1 A estimativa do valor para fins do procedimento licitatório será verificada no momento da efetivação da cota de preços.

12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

12.1.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Programa da despesa:
0312.0824400482.062 - Execução dos Serviços Sócio Assistencial PSE

Elemento da despesa:
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

FICHA/FONTE: 87 / 266000000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Itaocara-RJ, 30 de janeiro de 2025.

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como



autorizo **O PROSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Assinado por Juliana Lontra de Brito Mendonça Oliveira 118.***.***.**
Município de Itaocara

Juliana Lontra de Brito Mendonça Oliveira
Secretária Municipal de Assistência e
Desenvolvimento Social